

A busca da eficiência na construção do arcabouço normativo e na condução da praxe dos tribunais é fator de especial aprimoramento do sistema jurídico, no sentido da sua racionalização e maior eficácia no alcance dos fins sociais propostos. Contudo, essa busca somente se coaduna com as bases de um sistema justo se o desenho institucional proposto, juntamente com os incentivos traçados para os agentes sociais, considere garantias jurídicas fundamentais, assim como especificidades das circunstâncias no curto e no longo prazo.

Nesse sentido, a presente edição traz como assunto especial a análise dos mecanismos de estabelecimento da eficiência no Direito e os cuidados que esse processo envolve. No primeiro artigo Fernando Boarato Meneguin e Tomás T. S. Bugarin demonstram que a análise de custo e benefício social utilizada para a formulação de políticas públicas e de disposições normativas deve possuir amplo espectro temporal de análise, para que os benefícios líquidos das medidas legislativas possam ser corretamente observados no curto e no longo prazo, evitando ineficiências. Já o segundo artigo, de autoria do autor alemão Robert Pest e traduzido por Luís Henrique Machado, expõe os riscos envolvidos na aplicação das teorias estratégicas da delação premiada no processo penal, caso não sejam adotadas medidas processuais para garantia de direitos fundamentais e para evitar que a decisão se paute em inverdades.

Boa leitura!

Débora Costa
Editora-adjunta